

ESPAÇO PÚBLICO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPE

(RESENHA)

PARENTE, Maria Eduarda Soares de Almeida*

SINGER, André. Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Apesar das críticas feitas ao período que compreende os dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010), no Brasil, é inegável que, desde seus primórdios, o país presenciou uma série de complexas transformações sociais, como o aumento do consumo, a criação de programas de ampliação de renda e o crescimento da classe média.

Entre os atuais intérpretes do cenário político brasileiro destaca-se o cientista político e professor da Universidade de São Paulo, André Singer, que publica, em 2012, o livro “Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador” onde destaca e se propõe a explicar a popularidade do ex-presidente e o realinhamento eleitoral ocorrido no Brasil no pleito de 2006.

Esse realinhamento eleitoral, que se consolidou no ano de 2006, caracteriza e fundamenta o *lulismo*, no qual observamos um deslocamento das bases sociais e a criação de uma nova base eleitoral fundamentada na aproximação do subproletariado à figura e às ideias do então presidente Lula, defendendo a sua candidatura e o Partido dos Trabalhadores, afastando de vez da classe média do presidente Lula e a aproximando do Partido da Social Democracia Brasileira.

É plausível admitir, analisando a conjuntura sociopolítica brasileira, que o realinhamento eleitoral, característico do segundo mandato do governo Lula foi decorrente da criação e implementação de políticas públicas de combate à pobreza e da redução das desigualdades socioeconômicas, que sempre caracterizou (e ainda caracteriza, mas com uma gradual redução) a realidade nos diversos estados brasileiros.

Como apontado na referida obra, o *lulismo* transformou parte da realidade brasileira com suas políticas de combate à pobreza e, conseqüentemente, substituição do apoio da classe média pelo apoio da classe subproletariada que, no início de sua candidatura, não representava um percentual significativo de eleitores do Lula. Esse quadro sofreu uma complexa e significativa alteração que reconfigurou a postura dos eleitores brasileiros. O subproletariado, sendo a classe que mais usufruiu dessas políticas sociais, manteve-se fiel a quem as estava fazendo. Esse fato explica a mudança na postura dos eleitores brasileiros e, conseqüentemente, nos dados estatísticos das eleições de 2006, na qual os estados do Nordeste, Rio de Janeiro e Minas Gerais reelegeram o presidente Lula com um

*Estudante do Curso de Ciências Sociais (Licenciatura) da UFPE, bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid.

alto percentual de aprovação, enquanto a classe média, que antes teria apoiado a sua candidatura, migrou para o PSDB.

Mas, afinal, qual interpretação desse fenômeno é capaz de explicar a mudança na conjuntura política brasileira? Uma das hipóteses está fundamentada na postura tendenciosa, dos que integram a classe média, de tornarem-se conservadores e adversos às políticas de combate à desigualdade socioeconômica, para preservar e garantir seus privilégios sociais e condições de mercado favoráveis. Logo, à medida que o Partido dos Trabalhadores volta os seus interesses para o Estado, deixa de atender as demandas e necessidades da classe média brasileira, que se preocupa em conservar os privilégios, os quais a posição social lhes concede, e com isso, o PSDB passa a ganhar o seu apoio por voltar seus projetos de políticas públicas para o mercado, favorecendo e preservando os interesses de classe.

Partindo desse pressuposto, é plausível supor que os quadros eleitoral e político brasileiros continuem sofrendo complexas alterações na medida em que o grupo, dos que ascenderam socialmente, torna-se conservador e migra seu voto e apoio ao partido que atenda à manutenção e fortalecimento dos seus privilégios advindos da posição social conquistada.

É claro que, no Brasil, argumentar sobre classes e privilégios sociais implica considerar diversos fatores que, como sabemos, estruturaram a forma pela qual a sociedade brasileira e suas relações estão configuradas, como a raça, por exemplo. Vejamos: um cidadão brasileiro negro, que desfrutou das políticas de combate à pobreza e às desigualdades socioeconômicas, dispõe e desfruta das mesmas oportunidades que um cidadão branco que usufruiu das mesmas políticas? Se sim, a posição agora conquistada implica na garantia dos mesmos privilégios sociais e econômicos para ambos?

Vale ressaltar que a desigualdade social, assim como outros problemas sociais brasileiros, advém dos privilégios e direitos desiguais de classes, bem como da falta deles. Mas, seguindo a lógica do mercado e da conservação desses “direitos”, podemos indagar se, no Brasil, o negro, a mulher, o indígena e outros grupos sociais terão seus direitos assegurados mesmo com a existência de políticas voltadas para o interesse desses grupos?

É vasta a gama de interpretações possíveis referentes ao mandato do ex-presidente Lula, no entanto, o que fez André Singer caracterizar esse período da história da política brasileira como *conservador e reformista*? É nítida a pretensão do presidente Lula, no início do seu mandato, de realizar uma ruptura na sociedade brasileira através do conjunto de políticas voltadas para os mais pobres, que caracteriza o que o autor chama de *lulismo*. Logo, podemos admitir que à medida que o governo ansiava por mudanças complexas, almejava a preservação da ordem através do pacto conservador, o qual consistiu em aceitar determinadas condições, como o *superávit* primário elevado, a lei de responsabilidade fiscal e os juros altos, para promover mudanças de forma gradual e no ritmo que a conjuntura política permitira. Como efeito, a desigualdade no país diminuiu de forma lenta e gradual.

Partindo desses pressupostos, entende-se que o *lulismo* marcou a história da política brasileira, deixando legados que deverão ser seguidos pela oposição. Sim! Pela oposição, pois, na democracia, a alternância de poder é absolutamente necessária. Existe uma discrepância entre as opiniões referentes ao atual quadro da política brasileira, no entanto, admitindo que o *lulismo* sofreu um golpe parlamentar (pois a alternância no poder em um sistema político democrático precisa ser realizada através do voto direto, o que não ocorreu), a oposição deverá assegurar e legitimar as políticas públicas uma vez implantadas pelo governo Lula, como o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, ProUni (Programa Universidade para Todos), não só como estratégia de campanha política, mas também para a manutenção e continuação da redução das desigualdades sociais no Brasil.